

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO

Ricardo Stuckert/PR



Fogo amigo contra Haddad foi contido

Recado de Kassab sobre Haddad sacudiu governo

O governo não passou recibo público. Mas o recado dado há alguns dias pelo presidente do PSD, Gilberto Kassab, sacudiu as entranhas do Palácio do Planalto. Em um encontro com empresários em São Paulo, Kassab disse que Lula não venceria as eleições se elas fossem hoje. E completou dizendo que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, era um "ministro fraco".

No dia seguinte, Lula saiu em defesa pública de Haddad. Mas, principalmente, as críticas ao ministro da Fazenda, que partiam da esquerda do próprio governo, cessaram. E outras defesas públicas a Haddad vieram. Atribuiu-se ao freio de arrumação dado nesse sentido a demissão no Psol do economista Davi Deccache, que era forte crítico da política imprimida por Haddad.

Fogo de bazuca

Kassab pôs o dedo na ferida, e constatou-se o óbvio. As críticas à política de Haddad, que o próprio PT batizara de "austericídio", eram um fogo amigo de bazuca atômica. Um dos principais ministros, que já foi testado como alternativa a Lula, era atacado por seu próprio governo.

Psol

No caso do Psol, a briga não foi pacificada. A demissão de Deccache ficou longe de uma unanimidade, e parte do partido fez um abaixo-assinado em sua defesa. Mas prevaleceu a ala que votou por sua saída, alegando que ele ajudava a promover "disputas internas".

Marina Ramos/Câmara dos Deputados



Até Lindbergh agora elogia feitos de Haddad

Haddad vinha sofrendo forte ataque especulativo

Após o ataque, a avaliação interna no governo foi de que o fogo amigo vinha apontando como metralhadora os tiros para os pés de Lula. Lembrou-se de famoso cartaz exibido em uma manifestação em 1973, durante o governo socialista de Salvador Allende: "É um governo de m..., mas é o nosso governo". Concorde-se ou não

da política de Haddad, se ele a tem conduzido, a primeira constatação é de que isso tem o aval de Lula. Se não fosse assim, o fraco não seria Haddad, mas o próprio Lula. Assim, se Haddad conduz e Lula avaliza, não deveria caber ao próprio partido tanto de Haddad como de Lula mover a maior quantidade das críticas.

Abalo

Na avaliação interna, ficou claro como o conjunto das coisas abalou a posição de Haddad. No ano passado, o Instituto Quaest fez uma simulação eleitoral com o ministro no lugar de Lula. Na ocasião, venceu todos os adversários testados. Agora, virou o mais rejeitado.

Complicado

Um cenário complicado diante do fato de que não há alternativa à esquerda posta para Lula em 2026. E ele próprio já deu sinais de que mesmo muitas vezes questiona se terá vitalidade para disputar nova eleição, aos 81 anos. Vale, assim, queimar uma alternativa?

Defesas

O fato é que as defesas surgiram na esteira da cessação dos ataques. Um dos quadros à esquerda, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, foi dos primeiros a enumerar as realizações do ministro da Fazenda. Depois, foi o próprio Lula a sair em sua defesa.

Armistício

E, finalmente, um dos mais críticos a Haddad, o novo líder do PT, Lindbergh Farias (RJ). Em entrevista na quarta-feira (5) à Globo News, ao lado do novo líder do PL, Sóstenes Cavalcante (RJ), encheu Haddad de elogios. O armistício encerrou o fogo amigo.

Semipresidencialismo: quais serão as chances?

Ao Correio, autor revela otimismo com aprovação da proposta

Por Gabriela Gallo

Autor da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que propõe instituir o semipresidencialismo como sistema de governo, o deputado Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) revelou ao Correio da Manhã seu otimismo com a forma como o projeto rapidamente ganhou adesão. Após alcançar o número mínimo de assinaturas para ser protocolado (171 assinaturas), o deputado federal Luiz Carlos Hauly (Podemos-PR) confirmou que a PEC foi protocolada, nesta quinta-feira (6), na Câmara dos Deputados e, conseqüentemente, já começou a tramitar. Na quinta, ela já contava com 178 assinaturas.

Hauly acredita que agora a PEC será em algum momento pautada e, eventualmente, aprovada na Câmara dos Deputados. Com o texto protocolado, a proposta agora, como etapa inicial, precisa ser votada e aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Depois, ser avaliada por uma comissão especial para, finalmente, seguir para votação no plenário.

"Eu estou otimista porque o novo presidente da Câmara de Deputados na campanha assumiu o compromisso de pôr em debate a matéria e na posse também reassumiu o compromisso, na primeira entrevista coletiva, reiterando que vai abrir o debate", afirmou Hauly, referindo-se ao deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), que foi eleito para o comando da Câmara no sábado (1o). "Eu acho que nós agora temos uma nova perspectiva de discutir a reforma política tão ansiada, tão desejada ao longo desses últimos 40 anos. Começou uma nova etapa de modernização das instituições e do regime do sistema de governo do Brasil", reiterou o parlamentar.

Parlamentarismo

Na prática, a proposta visa a adoção de um modelo de parlamentarismo, com o poder de governar dividido entre o presidente da República e o primeiro-ministro. No modelo,



Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Rapidez nos apoios animou Hauly com PEC

o presidente exerce as funções de chefe de Estado, e a tarefa de governar, o poder Executivo, de fato, passa a ser de um primeiro-ministro junto com um gabinete de parlamentares – que, no caso da PEC, é chamado de Conselho de Ministros.

Não se trata de uma mudança fácil. O parlamentarismo foi adotado no tempo do império. Na República, houve algumas tentativas. O Brasil já chegou a adotar o sistema parlamentarista, entre 1961 e 1963, durante a gestão de João Goulart (Partido Trabalhista Brasileiro). Um plebiscito retornou à época o sistema para o presidencialismo. Depois, novo plebiscito, em 1993, manteve o presidencialismo, derrotando as outras duas possibilidades, o parlamentarismo e a monarquia.

Novo cenário

Todavia, ao Correio da Manhã, o cientista político Felipe Rodrigues ponderou que o atual cenário nacional apresenta novos elementos que podem favorecer uma eventual mudança no sistema. "Nas últimas duas décadas, o país enfrentou graves crises institucionais, incluindo dois processos de impeachment. O sistema presidencialista demonstrou fragilidades em momentos críticos, com dificuldade para resolver

impasses políticos sem rupturas institucionais. Além disso, o Congresso já concentra, na prática, significativo poder através do orçamento impositivo e das emendas parlamentares", disse Rodrigues.

Apesar disso, ele considera que ainda é cedo para julgar uma possível vitória já que avalia que não "parece haver ainda um consenso suficiente sobre esta solução".

"Também é importante lembrar que a população brasileira historicamente prefere votar diretamente para o chefe de governo", completou, lembrando dos dois plebiscitos já ocorridos.

A PEC

A PEC do semipresidencialismo determina um meio-termo entre o regime presidencialista e o parlamentarista. Se aprovada, a proposta determina que o presidente dividiria suas funções com um primeiro-ministro, que será escolhido pelo Congresso Nacional.

Questionado pela reportagem, o cientista político explicou que, diferentemente do parlamentarismo puro, no qual o chefe de Estado tem funções "principalmente cerimoniais", a PEC mantém para o presidente poderes significativos. "Por exemplo, ele continua sendo

comandante supremo das Forças Armadas e mantém atribuições importantes como a possibilidade de dissolver a Câmara em caso de crise política grave. O primeiro-ministro seria responsável pela 'direção superior da administração federal', mas vários de seus atos precisariam ser referendados pelo presidente. É um sistema de poder compartilhado, não de transferência total como no parlamentarismo", explicou.

De qualquer modo, a medida esvaziaria os poderes do presidente da República, de forma que ele perderia o controle direto da administração federal e de interlocução com o Congresso. "Segundo o texto, caberia ao presidente nomear o primeiro-ministro após consulta aos partidos que compõem a maioria da Câmara dos Deputados. Na prática, isso significa que o presidente precisaria indicar alguém que tenha apoio parlamentar para governar", afirmou.

"Esta redistribuição de poder reflete uma tendência já existente de fortalecimento do Congresso, especialmente diante do orçamento federal, mas a formaliza e a organiza de maneira mais clara, criando também mecanismos de responsabilização do Parlamento pelo sucesso ou fracasso do governo", completou o cientista político.

Após eleição no Congresso, disputa agora é por comissões

Andressa Anholetto/Agência Senado

Por Gabriela Gallo

Após as eleições das novas Mesas Diretoras da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a disputa agora é pelos comandos das comissões das Casas. A reportagem questionou a comunicação do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que respondeu que as formações e presidências das comissões da Casa ainda não foram definidas. A previsão inicial é que tudo seja definido somente em março, após o feriado de carnaval.

A expectativa é que a presidência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, a comissão mais importante da Casa, seja presidida por um parlamentar nomeado pelo União Brasil. Vale destacar que, durante o período de disputa eleitoral para a presidência da Casa, uma das moedas de trocas sugeridas nas negociações entre os partidos para apoiar Hugo Motta, o atual presidente da Casa e seus



Braga anunciou Marcelo Castro para Assuntos Sociais

aliados, era oferecer a presidência da CCJ para o deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil-BA) – que na época também era candidato ao principal cargo da Câmara dos Deputados. Porém, nos bastidores, o MDB também briga pelo comando da CCJ.

Outras disputas entre siglas

são as presidências das comissões de Saúde, Segurança Pública e Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN). O PL, maior partido da Câmara, tem interesse nas três comissões. O nomes cotados a priori são os deputados federais Paulo Bilynskyj (PL-SP) para a Segurança Pública e

Eduardo Bolsonaro (PL-SP) para Relações Exteriores, para a Comissão da Saúde ainda não indicaram nomes.

Na Comissão de Saúde o PL disputa a presidência com o PT e na Segurança Pública com o União Brasil. Na comissão de Relações Exteriores, o governo recomenda que a comissão seja presidida pelo deputado Beto Richa (PSDB-PR).

Senado

Já no Senado Federal, a situação aparenta estar mais alinhada e mais próxima de se resolver. Das 16 comissões permanentes da Casa, ao menos sete já tem nomes cotados.

Segundo o líder do MDB no Senado, senador Eduardo Braga (AM), o partido comandará a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com, respectivamente, Renan Calheiros (AL) e Marcelo Castro (PI). Flávio Bolsonaro (PL-RJ) deve presidir Segurança Pública.